



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000810-16.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**
 Requerente: **José Roque da Silva Oliveira**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

JOSÉ ROQUE DA SILVA OLIVEIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Instituto Nacional do Seguro Social - Inss, também qualificado, alegando que em 20/06/2001 tenha sofrido acidente típico ao sofrer uma queda na escada em razão da não iluminação, sofrendo grave lesão no joelho, tendo percebido auxílio-doença em 11/07/2001 até 28/11/2001, contudo, reclama tenha restado sequelas permanentes, reduzindo sua capacidade física, não podendo mais exercer o trabalho que exercia habitualmente, de modo que pede a concessão de auxílio-acidente de valor equivalente a 50% de seu salário de contribuição, desde a alta médica.

O réu contestou o pedido alegando não tenha o autor comprovado a redução da capacidade para o desempenho da atividade que exercia antes do evento, não bastando apenas comprovar o nexo causal e, em caso de procedência pede seja aplicada a Súmula 111 do STJ, além da correção monetária observando-se o disposto na Lei nº 11.960/09 e juros de mora a partir da citação, devendo ser observado, ainda, a prescrição quinquenal.

O autor replicou reiterando os termos da inicial, requerendo a procedência da ação.

O feito foi instruído com prova pericial, seguindo-se manifestação do autor, somente, com reiteração do pleito.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial atestou que o autor apresenta sequela no joelho esquerdo que o incapacita para exercer as funções que exercia antes do acidente ocorrido, sendo tal sequela de caráter permanente, atestando que apresenta "*sequela da mobilidade da articulação do joelho esquerdo (resposta ao quesito 7- de fls.113)*).

O INSS, por sua vez, não contestou o laudo pericial.

Há, portanto, situação que demanda a concessão do benefício do auxílio-doença, atento a que, "*constatada a incapacidade laboral em razão de a autora ser portadora de sequelas síndrome do manguito rotador bilateral, bem como a presença do nexo causal/concausal como acima apontado, há prejuízo patente para a obreira, que*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deverá empreender maior esforço, já que não possui mais a total mobilidade e destreza para o desempenho das suas funções habituais, havendo, assim, incapacidade laborativa parcial e permanente, como bem atestado no laudo pericial. Nesse diapasão não há como se negar o direito à indenização, pois comprovada a incapacidade parcial e permanente, bem como o respectivo nexo causal" (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 4001669-92.2013.8.26.0348; Relator (a): Roberto Martins de Souza; Órgão Julgador: 12ª Câmara Extraordinária de Direito Público; Foro de Mauá - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/08/2017; Data de Registro: 04/08/2017).

Assim, é de rigor o acolhimento da demanda para conceder ao autor o benefício de auxílio-acidente, a partir da alta médica.

Cabe, ainda, seja observado que *“os valores em atraso serão atualizados e acrescidos de juros de mora na forma da Lei 11.960/09”* e que *“a renda mensal a ser implantada será reajustada pelos índices de manutenção”* (cf. Ap. nº 0025578-88.2009.8.26.0053 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ¹).

Observar-se-á, assim, *“o montante em atraso deverá ser apurado com emprego dos índices de correção monetária pertinentes (no caso pelo IGP-DI), com acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009”* (cf. Ap. nº 0006357-94.2009.8.26.0320 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 ²).

Observar-se-á ainda a prescrição quinquenal.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que *“a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03”* (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 23/10/2012 ³), observando-se ainda que, *“nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ”* (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câm. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss** a implantar em favor do autor **José Roque da Silva Oliveira** o benefício previdenciário de auxílio-acidente, no valor equivalente a 50% do salário de benefício, a partir da alta médica, observando-se, em relação aos valores vencidos até a data do pagamento, o acréscimo de correção monetária pelos índices IGP-DI, a contar da data do vencimento de cada prestação mensal, bem como o acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Lei 11.960, de 29.06.2009, observando-se, ainda, a prescrição quinquenal e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 04 de dezembro de 2018.

VILSON PALARO JUNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**